

## **Famílias em Cativo: a família escrava no extremo Sul de Minas (1831 a 1888).**

JOÃO LUCAS RODRIGUES\*

O presente trabalho visa trazer algumas contribuições aos estudos que tratam da família escrava em regiões onde predominavam pequenas e médias escravarias. Embora os estudos sobre a vida familiar nas senzalas terem avançado muito nas últimas décadas a maioria das pesquisas se concentram sobre regiões de grande lavoura, principalmente nas províncias de São Paulo e Rio de Janeiro e assim, as áreas que tinham uma economia voltada para o mercado interno e que na maioria das vezes reunia escravarias menores ainda são pouco visitadas pelos historiadores.

Desde meados da década de setenta os estudos sobre a escravidão no Brasil tem avançado sobremaneira e entre as várias frentes de pesquisas desenvolvidas desde então a família escrava ocupa lugar de destaque. A partir dos recursos metodológicos da história demográfica, as novas investidas dos historiadores nos arquivos fez emergir um quadro que superou visões distorcidas sobre a vida afetiva e sexual dos cativos, que há tempos marcava a historiografia brasileira. Longe das relações marcadas pela promiscuidade e instabilidade na qual as condições de vida em cativo impunham aos escravos, as novas pesquisas, fortemente influenciadas por trabalhos feitos nos Estados Unidos e Caribe, trouxeram a tona um cotidiano da vida em cativo, que diferentemente do que se entendia era então marcado por constante criação de laços parentais.

Hoje é consenso entre os historiadores, diante da vasta produção historiográfica sobre o tema, que a família era uma realidade de fundamental importância para os homens e mulheres que viviam em cativo. Vivendo em família, os escravos tinham um importante espaço para a transmissão e reinterpretação da cultura e de experiências entre as gerações, contribuindo para formação de indivíduos aptos a se locomoverem com mais facilidade no mundo em que estavam inseridos, além de potencializar o alcance de recursos limitados, como a roça independente e a moradia separada da habitação coletiva.

---

\*Mestrando em História pela Universidade Federal de São João del-Rei.

Todavia, apesar do desenvolvimento notável das pesquisas, no Sul de Minas os estudos sobre a temática são ainda escassos. O estudo mais sistemático já realizado sobre o tema é o de Leonara Lacerda, que focaliza a freguesia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre, no período de 1810 a 1873. Por meio de inventários, registros paroquiais e listas nominativas a autora faz um estudo sistemático sobre o contingente escravo da localidade, investigando as características demográficas desta população, como a distribuição por propriedade e a partir disso, analisa os arranjos conjugais estabelecidos e os padrões de relações de compadrio. Chama atenção o considerável índice de uniões legítimas, o que comporta significados importantes, mediante os pequenos percentuais que a historiografia tem apresentado sobre uniões conjugais de cativos em regiões onde predominava pequenas e médias escravarias (LACERDA, 2010).

Outras considerações sobre o tema partem de estudos que tratam sobre aspectos sócio-econômicos e populacionais de algumas localidades.

Clotilde Paiva e Herbert Klein em um trabalho sobre a população escrava e livre de Campanha em 1831, a partir das listas nominativas, sugerem que havia uma taxa de crescimento natural positiva entre a população cativa. Sobre os índices de nupcialidade, eles observaram que 22,4% dos homens e 38,9% das mulheres, maiores de 14 anos, eram casados, resultados que assemelham com dados obtidos em diferentes localidades do centro-sul do Brasil, nos séculos XVIII e XIX (PAIVA & KLEIN, 1992:140-142).

Marcos Andrade, estudando as elites escravistas do sul de Minas (Campanha da Princesa), no período de 1799 a 1850, destaca (a partir de inventários *postmortem* e listas nominativas), que entre as propriedades da família Junqueira, as possibilidades de constituição familiar entre os cativos variavam dependendo de alguns fatores, como o nível de ligação com o tráfico internacional, tempo de existência das unidades escravistas e outros. Conformando de modo geral plantéis com elevada disparidade numérica entre os sexos, com grande número de africanos, onde as oportunidades de constituição familiar ficavam mais restritas a este grupo e outros com crescente criouliização, onde se detectou a preferência pela reprodução natural. (ANDRADE, 2008: 286-297)

A localidade focada neste trabalho é o distrito de São Sebastião São Roque Bom Retiro, localizado<sup>2</sup> no extremo Sul de Minas, no período de 1831 a 1888. A documentação aqui utilizada são registros de batismos, de óbitos, a lista nominativa de 1831/1832 e os mapas de população de 1833/1835. Em um primeiro momento as fontes censitárias nos serviram de base para o entendimento das características da população cativa, dados que nos possibilitou compreender alguns traços da estrutura da escravidão na localidade. Em um segundo momento com o cruzamento das fontes nos foi possível mapear ao longo das décadas as uniões conjugais formadas pelos cativos a partir do matrimônio.

A economia da região onde o distrito se inseria era diversificada, segundo Bergad, uma típica economia mineira de lavoura e pecuária, onde a produção se destinava para o consumo local e para mercados regionais e interprovinciais, sendo São Paulo o principal destino comercial (BERGAD, 2004:100-101).

Em 1831/1832, São Sebastião São Roque Bom Retiro comportava um contingente de mão-de-obra escrava que equivalia 26,73% de sua população, era o menor distrito do Município de Campanha. Para os anos de 1833/1835, quando ocorre outra contagem censitária e se produziu mapas de população os dados levantados apresentam uma pequena redução da população tomada como um todo. Entretanto é entre a população livre que se percebe uma diminuição do número de pessoas, já entre os cativos há um aumento neste contingente populacional; um acréscimo de 11% em relação à contagem anterior, representando neste momento 32,2% da população geral.

Analisando a distribuição dos cativos entre os domicílios a partir das listas nominativas de 1831/1832 se observa que mais da metade deles tinham identificados a presença de mão-de-obra escrava, 53.65% do total. Os dados não são nada desprezíveis, o que se evidencia quando se compara com dados de outras localidades, que também estavam inseridos em regiões onde a economia se voltava a produção de gêneros

---

<sup>2</sup> O povoado de São Sebastião e São Roque de Bom Retiro começou ser formado no início do século XIX. Não sabemos ao certo a data da construção da primeira capela, mas na década de 1820 já havia um padre que atendia a comunidade como capelão particular. Em 1831 a Chancelaria Eclesiástica de São Paulo expediu uma provisão que elevava a referida capela à condição de Curado, e o patrimônio foi passado como doação do senhor Manoel da Costa Mendonça, de parte da fazenda Bom Retiro (OLIVEIRA, 1950: 62). Até 1833 a localidade permaneceu vinculada ao Termo de Campanha, passando a ser parte do Município de Pouso Alegre até 1840 e desta data até 1890 como distrito do Município de Jaguari.

agrícolas destinados a venda em mercados internos e comportava pequenas e médias escravarias.

Francisco Vidal Luna e Iraci del Nero da Costa, em um trabalho em co-autoria, estudaram a estrutura de posse de dez localidades na Capitania de São Paulo em 1804, tendo como fonte as listas nominativas de habitantes. Segundo os autores, a localidade que apresentou o menor número de domicílios com cativos foi Jacareí com 13,9% e o maior foi São Sebastião com 38,3% (LUNA & COSTA, 1983: 213-15).

Horácio Gutiérrez, fazendo um estudo semelhante para nove localidades do Paraná, nos anos de 1804 e 1824, observa que de maneira geral, apenas um quinto aproximadamente de domicílios possuíam cativos, 20,5% em 1804 e 18,9% em 1824 (GUTIÉRREZ, 1987:3).

Cacilda Machado, que trabalha com o vilarejo de São José dos Pinhais, Paraná, no período de 1782 a 1827, aponta que em 1782, em uma população de aproximadamente mil pessoas, 15% eram escravos; em 1804 em um total de 1824 habitantes 11,5% eram de cativos; já em 1830, a população cativa estava reduzida 10,2%, de um total de 3.240 pessoas. No tocante a distribuição dos cativos entre os domicílios, havia uma concentração de cativos em posse de poucos senhores, em 1782 e 1803 80,5% dos domicílios não possuíam cativos, e em 1827 há um aumento neste percentual, passando para 83,7% (MACHADO, 2003: 500).

Leonara Lacerda Delfino em estudo sobre a localidade de Pouso Alegre, também no Sul de Minas, apresenta a partir do estudo das listas nominativas de 1838 que no referido distrito os números de domicílios que não possuíam escravos chegavam a 68% (DELFINO, 2010:107).

A configuração da estrutura de posse da localidade em tela se apresentava da seguinte forma:

**Tabela 1**  
**Estrutura de posse de cativos.**  
**São Sebastião e São Roque do Bom Retiro (1831/1832)**

Faixas de escravaria	Fogos %	Escravos %
1 a 4	68	40,2
5 a 10	27	43,5
11 a 15	4,5	16,2
Mais de 15	-	-
Total	100	100

Fonte: Banco de dados elaborados pela Dra. Clotilde Paiva (CEDEPLAR/UFMG), a partir dos Mapas de População de Campanha. Pasta 1, doc 12; Pasta 7, doc 1; Pasta 10, docs 2 e 6; 14-22. Censo realizado entre 10/1831 e 02/01832.

Salvo as diferenças destas localidades apresentadas nestes estudos para o Distrito aqui abordado, a comparação nos permite dizer que existia um número significativo de cativos na localidade, como também uma distribuição destes entre os domicílios razoavelmente equilibrada. É clara a importância da escravidão para os moradores da localidade, partindo da constatação que eles estavam presentes na maioria dos domicílios.

Em relação ao perfil dos plantéis da localidade, os dados obtidos não destoam do que a historiografia tem demonstrado sobre os dados de estrutura de posse nestas regiões. Como os referidos autores também mostraram a uma predominância de pequenos plantéis, com um a quatro escravos e uma concentração da maioria do contingente escravo em posse de um número reduzido de senhores, embora isto não se mostre de forma acentuada na localidade em tela. Como foi observado, a uma distribuição da mão-de-obra entre os domicílios que não apresentava grandes diferenças.

Importa sabermos agora a composição sexo-etário desta população cativa, por estas informações será possível compreendermos mais de perto esta população que habitava na localidade.

**Tabela 2**  
**Distribuição da população escrava, segundo a idade 1831-1832.**

<b>1831-1832</b>		
<b>Idade</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
0 - 14	54	35%
15 - 29	54	35%
30 - 60	37	24%
Mais de 60	7	4,5%
<b>Total</b>	<b>152</b>	<b>100%</b>

Fonte: A mesma da tabela 1

**Tabela 3**  
**Distribuição da população escrava, segundo a idade 1833-1835**

<b>1833/1835</b>		
<b>Idade</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
6 - 14	67	39,1%
15 - 29	66	38,5%
30 - 60	30	17,5%
Mais de 60	8	4,6%
<b>Total</b>	<b>171</b>	<b>100%</b>

Mapa de População (1833- 1835) Notação MP, CX  
06 doc 02, localizados no APM.

Pode-se observar que se trata de uma escravaria jovem, com elevado número de crianças, 35% da população em 1831/1832 e com um percentual ainda maior para o recenseamento posterior, 39,1%, mesmo com a falta dos números relativos aos menores de seis anos, já que estes não foram recenseados. Em relação à quantidade de pessoas de acordo com os sexos os dados censitários apresentam que havia considerável equilíbrio. No primeiro recenseamento analisado o percentual de mulheres é de 42,2%, já nos

mapas de população de 1833/1835 o número de mulheres ultrapassa o número de homens, chegando a 55% da população, tendo assim um razão de masculinidade negativa de 81,9.

Pelos dados apresentados podemos sugerir que era basicamente a partir reprodução endógena que os proprietários mantinham e incrementavam suas escravarias<sup>3</sup>. O equilíbrio quantitativo entre os sexos e o número grande de crianças apontam nesta direção, hipótese que também é reforçada pelo número pequeno de africanos presentes na população cativa, 28,8% dos escravos de acordo com os dados das listas nominativas (os mapas de população de 1833-1835 não indicam a naturalidade dos cativos). Pode-se ainda dizer que é provável que na primeira metade do dezenove, após a data do censo, que a entrada de africanos na localidade tenha sido rara, o que se presume pelo exame nos registros de batismos (mesmo sabendo que não se trata da melhor fonte para este tipo de análise) onde encontramos somente dois casos em que se registra o batismo de escravos desta procedência.

Feita esta primeira leitura, que nos fornece uma visão geral da organização escravidão na localidade naquele período, passamos agora a analisar como se configurava os arranjos familiares.

## **A FAMÍLIA ESCRAVA EM SÃO SEBASTIÃO E SÃO ROQUE DO BOM RETIRO**

A historiografia já algum tempo tem apontado que as pequenas posses ofereciam problemas para a formação de laços parentais estáveis entre os cativos.

Robert Slenes analisando a região de Campinas no século XIX observa a partir de listas nominativas, dados da matrícula de escravos de 1872, registros paroquiais e inventários *postmortem*, que os escravos que estavam inseridos em posses médias (de 10 a 49 escravos) e grandes (de 50 cativos ou mais) tinham uma maior probabilidade de

---

<sup>3</sup> É preciso considerar que esta hipótese carece de uma análise sistemática sobre as fontes onde outras questões precisam ser examinadas como o potencial reprodutivo das escravarias, o que exige análises cuidadosas sobre os nascimentos e mortes e ainda os movimentos de saídas e entradas da população no período recortado.

ver suas uniões mantidas durante um período mais longo do que aqueles que residiam em posses menores (de 1 a 10 escravos). Os cativos nestes contextos, também conseguiram manter laços com suas crianças através de um contato diário nas mesmas posses, durante mais tempo. Ainda mais, um outro dado importante é que nas propriedades menores a maioria das uniões não era sancionada pela Igreja, os dados obtidos por ele apresentam pequenas taxas de casamento formal nestas posses (SLENES, 1999: 74 -109).

Florentino e Góes (1997) encontraram dados semelhantes em Municípios do Rio de Janeiro, segundo os mesmos, os índices de casados sobe conforme aumenta o tamanho das propriedades. José Flávio Motta estudando a localidade de Bananal em 1801 observou que 7,4% dos escravos residentes em pequenos plantéis foram casados ou viúvos; 46% nas grandes propriedades e 27,3% nas médias (MOTTA, 1999: 235-238). Luna também observou nas treze localidades paulistas que ele pesquisou em 1804 e 1829, que havia pequenas taxas de casamento formal entre os cativos inseridos em pequenos plantéis: 17% a 27% dos cativos residentes em unidades com até dez cativos foram casados e viúvos. (LUNA, 1990: 228-223).

Horácio Gutiérrez e Iraci Costa estudando mapas de população de nove localidades do Paraná, região de pequenas posses, observaram que apenas 20,4% da população cativa eram casados ou viúvos (COSTA & GUTIÉRREZ, 1984: 313-21). Cacilda Machado calculou que entre os cativos maiores de vinte anos em São José dos Pinhais e Curitiba 19,5% eram casados ou viúvos em 1804 e 18,9% em 1830 (MACHADO, 2003: 500).

Estes índices mostram números muito baixos de uniões formais entre cativos residentes em pequenas posses. Uma das causas já apontadas pelos historiadores seria a instabilidade das pequenas posses. Senhores de poucos recursos quando viviam uma crise econômica não tinham estrutura para manter seus escravos, o aperto financeiro obrigava-os a dispor dos cativos. Nestes casos diante da possibilidade de ocorrer à venda os senhores optavam em não casar seus escravos perante a Igreja, já que com a existência do matrimônio a separação dos cônjuges poderia causar conflitos entre eles e a instituição religiosa (SCHWARTZ, 1988:316).

Outra questão que gerava obstáculos para a formação de uniões entre os cativos era o pequeno número de potenciais cônjuges dentro da mesma posse, de pessoas de

ambos os sexos, somando a isto existia uma política senhorial de proibir o casamento entre escravos de propriedades diferentes. Segundo Schwartz (1988), esta medida limitava em muito as oportunidades de construir uniões conjugais entre os cativos, principalmente para aqueles que viviam em pequenas propriedades, já que havia poucos parceiros e, além disso, podiam ser parentes. De fato, nos 152 registros de batismos que pesquisamos, só encontramos um caso em que o cura aponta que os pais da criança eram propriedade de senhores diferentes, em todos os outros registros os escravos foram sempre apontados como de propriedade de um único senhor.

Entre os médios e grandes plantéis esta política senhorial de proibição de casamentos entre escravos de diferentes donos também existia, mas o número grande de cativos por propriedade facilitava encontrar um futuro cônjuge na mesma posse. Não podemos deixar de mencionar também que os altos custos para realizar o matrimônio era uma realidade que certamente limitava o seu acesso.

Para a localidade em tela, o índice total de cativos casados maiores de quinze anos, obtidos a partir da análise das listas nominativas chega a 41 %, o que é muito significativo mediante os dados apresentados até então por diferentes pesquisas que tratam do tema.<sup>4</sup> Como vimos os estudos têm mostrado índices muito baixos de uniões formalizadas entre os cativos residentes em pequenas posses; embora estamos trabalhando com uma pequena localidade, estes dados nos revelam que um número considerável de cativos mesmo estando inseridos em plantéis com poucos companheiros e vivendo sobre a pressão de possíveis separações, construíram suas famílias a partir do matrimônio. Os resultados estão em consonância com os dados referentes a localidades vizinhas segundo estimativas de Lacerda. Segundo a autora no distrito de Pouso Alegre o percentual de pessoas casadas chegava a 44%, em Cambuí 46,8% e 38,3 para o distrito de Camanducaia, apresentando maior diferença em relação ao distrito de Bom Jesus das Antas, onde o percentual chegava a 33,5.

A análise dos registros de batismos nos trouxe dados ainda mais surpreendentes (Ver tabela 4). Ao todo foram encontrados 152 registros de batizados de cativos, no período de 1838 a 1888. Infelizmente não temos os registros para o início da década de trinta, já que a localidade passa a ter os livros de registros a partir de 1838.

---

<sup>4</sup> Os dados dos mapas de população de 1833/1835 não foram utilizados para estas considerações porque eles não trazem informações sobre este item de uma parte da população escrava, classificada na documentação como parda.

**Tabela 5**  
**Registros de batismos de cativos (Naturais / Legítimos)**  
**São Sebastião e São Roque do Bom Retiro Bom Retiro 1838-1888.**

<b>Anos</b>	<b>Legítimos</b>	<b>%</b>	<b>Naturais</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
1838-1850	33	21.71	24	15.78	57	35.18 %
1851-1860	9	5.92	9	5.92	18	11.11%
1861-1870	20	13.15	28	18.42	48	29.62 %
1871-1880	6	3.94	17	11.18	23	14.19%
1881-1888	4	2.63	2	1.31	6	3.70%
<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>47.36</b>	<b>80</b>	<b>52.63</b>	<b>152</b>	<b>100%</b>

Fonte: Registros de batizados da Paróquia São Sebastião e São Roque da cidade de Bom Repouso. É plausível sugerir mediante os dados da segunda década analisada (1851-1860) que se tenha perdido algum livro de registro de batismos, já que há uma decréscimo muito grande nos números de registros deste período.

Estes dados para o período de cinquenta anos se comparados com os encontrados para o de 1831/1832 da lista nominativa, indicam que não houve mudanças significativas em relação ao matrimônio entre os cativos, sacramentar as uniões continuava sendo uma realidade constante para um percentual considerável deles. Como está indicado na tabela, as pessoas que levaram seus filhos a pia batismal, em quase 50% eram casais que tinham suas uniões sancionadas pela Igreja.

Contudo, estes dados não revelam por completo o número de uniões que foram sancionadas, para tal dado identificamos cada casal e mãe solteira a partir dos nomes dos senhores e assim podemos rastrear suas trajetórias familiares por meio dos nascimentos de suas proles. Identificamos também os casais que não tiveram filhos e por isso não entraram no rol daqueles que levaram seus rebentos a pia batismal, para captar a presença deste último grupo examinamos os registros de batismos, nos atendo a escolha dos padrinhos e também aos registros de óbitos, tentando perceber possíveis casais que tiveram suas vidas apartadas pela morte, sem que tivessem filhos. Esta

releitura das fontes nos apontou no total a existência de 69 casais que tiveram relações formalizadas perante a Igreja e 57 famílias formadas à margem do matrimônio.

Diante do que a historiografia tem apontado para os índices de casamento entre cativos em regiões de pequenas posses, vinculadas ao abastecimento interno, os dados encontrados para a localidade em foco são expressivos. Uma explicação para estes dados seria na forma que os senhores encaravam o casamento entre os escravos, é provável que para eles a formalização da união de seus cativos poderia contribuir para a reprodução e assim possibilitar um aumento da escravaria.

Por certo, também havia participação dos cativos na decisão de sacramentar suas uniões, já que casar diante da Igreja para eles também podia trazer benefícios. Em um mundo onde o catolicismo era hegemônico, uma união sacramentada podia oferecer mais segurança para a manutenção de suas famílias, sempre sobre os riscos das interferências e abusos dos senhores. Como Florentino e Góes observaram na região dos Campos no Rio de Janeiro, os escravos que tinham suas uniões sacramentadas tinham menos chances de serem apartados de seus parceiros e filhos pela venda ou partilha de herança (FLORENTINO E GÓES, 1997:121). Teixeira também observou este dado em Mariana, segundo a autora uniões legítimas possibilitavam maior proteção à família cativa quando passavam por estes processos (TEIXEIRA, 2001:133).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

Com o avanço das pesquisas nos últimos anos, como bem indicou Sheila de Castro Faria, constatar a existência de famílias escravas é redundante, porém, como ela mesma aponta ainda se faz necessário avançar nas pesquisas sobre regiões que não abrigavam extensas escravarias, compreender os vários aspectos que envolvem a vida familiar nas senzalas, como as relações entre crioulos e africanos na conformação das relações conjugais, a estabilidade das relações no decorrer do tempo, o parentesco espiritual e varias outras questões (FARIA, 1998: 42-47). O presente estudo apresenta resultados preliminares de uma pesquisa que ainda esta por se fazer, mas mesmo assim já mostra dados importantes para o maior conhecimento sobre a vida familiar em

pequenos plantéis. Os resultados obtidos a partir da análise da lista nominativa (1831/1832) e de registros paroquiais nos mostraram que a formalização do casamento entre os cativos não era uma realidade que estava presente de maneira mais significativa somente nos grandes plantéis. Os dados apresentados chamam a atenção pela expressividade dos percentuais concernentes a formalização das uniões conjugais. Realidade que precisa agora ser analisada em conjunto com dados de localidades vizinhas, combinando outros tipos de fontes, o que possibilitará aprofundar os estudos sobre as relações familiares entre os cativos, como também da própria dinâmica da escravidão na região.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACELLAR, Carlos de A.P. Recuperando sociabilidades do passado In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (org) *História Quantitativa e Serial no Brasil um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001.

BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru, SP: EDUSC, 2004

COSTA, Iraci & GUTIÉRREZ, Horácio. *Notas sobre o casamento de escravos em São Paulo e no Paraná, História: Questões & Debates*, Curitiba: Apah. Dez.1984, n.5(9), pp. 313-21.

DELFINO, Leonara Lacerda. *A família negra na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: incursões em uma demografia de escravidão no Sul de Minas (1810-1873)* Dissertação (Mestrado em História). Juiz de Fora: UFJF, 2010.

FLORENTINO, Manolo. GÓES, José Roberto. *A Paz das senzalas: famílias escravas e tráfico Atlântico*. Rio de Janeiro, c 1790-c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

GUTIÉRREZ, Horácio. *Grandes e pequenos senhores de escravos no Paraná*. Documento para Discussão. São Paul: IPE/ANPUH, julho,1987.

LUNA, Francisco Vidal. *Casamento de escravos em São Paulo: 1776, 1804, 1829*, pp. 226-36. In: NADALIN, MARCÍLIO & BALHAMA. *História e População: estudos sobre a América Latina*, São Paulo: Abesp/ Iussp/ Celade, 1990, pp. 226-36.

\_\_\_\_\_ COSTA, Iraci Del Nero. *Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX*. Estudos Econômicos. Economia Escravista Brasileira. São Paulo: IPE/USP, 13 (1): 211-221, jan./abr.1983.

MACHADO, Cacilda. Casamentos de Escravos e Negros Livres e a Produção da Hierarquia Social em uma Área distante do Tráfico Atlântico. In: MANOLO, Florentino & MACHADO, Cacilda. *Ensaio Sobre a Escravidão*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Fontes para o estudo da Província de Minas Gerais. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (org) *História Quantitativa e Serial no Brasil um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001.

MOTTA, José Flávio. *Corpos Escravos, Vontades Livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999.

OLIVEIRA, João Aristides de. *A Diocese de Pouso Alegre no Ano Jubilar de 1950*. Pouso Alegre, Tipografia da Escola Profissional, 1950

SHWARTZ, Stuart B. *Escravos Roceiros e Rebeldes*. Bauru/SP: Edusc, 2001.

\_\_\_\_\_. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade Colonial-1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SLENES, W. Robert. *Na Senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava no Brasil Sudeste século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana (1850-1888)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2001.